

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
CAPÍTULO I – ORIGEM DO DIREITO DO TRABALHO	19
1.1 A pré-história do direito do trabalho.....	19
1.2 Os fatores econômicos que inspiraram o direito do trabalho	20
1.2.1 A revolução industrial	20
1.2.2 O trabalho humano, produtivo, alheio e livre.....	24
1.3 Os fatores sociais que inspiraram o direito do trabalho	25
1.3.1 Os primeiros movimentos de insurreição dos trabalhadores	26
1.3.1.1 A reação dos trabalhadores na Inglaterra	26
1.3.1.2 A reação dos trabalhadores na França	26
1.3.1.3 A reação dos trabalhadores na Alemanha.....	27
1.3.2 A organização das profissões.....	27
1.4 Os fatores políticos que inspiraram o direito do trabalho	28
1.4.1 A permeabilidade do Ocidente à fragmentação do poder	28
1.4.2 A negociação coletiva que restringe a liberdade individual	30
CAPÍTULO II – HISTÓRIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	33
2.1 Direito coletivo e institutos afetos – sindicato, greve e convenção coletiva	33
2.2 O sindicalismo no sistema capitalista de produção.....	34
2.3 O sindicalismo sob intervenção totalitária	34
2.4 O difícil retorno a modelo afinado com o princípio da liberdade sindical	35
CAPÍTULO III – HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	37
3.1 Pré-história do direito do trabalho: trabalho escravo e corporações de arte e ofício no Brasil	37
3.1.1 As corporações de ofício na Europa e a analogia com o emprego.....	37
3.1.2 A escravidão na América e especialmente no Brasil.....	38
3.1.3 A escravidão inibiu as corporações de ofício no Brasil	41
3.1.4 As leis trabalhistas surgiram antes da abolição da escravatura.....	41
3.2 A substituição do escravo africano pelo imigrante europeu	42
3.3 O direito do trabalho e a industrialização no Brasil	43
CAPÍTULO IV – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	46
4.1 Conceito	46
4.2 As fontes materiais e as fontes formais do direito.....	46
4.2.1 As fontes formais do direito do trabalho	48
4.2.1.1 Fontes de produção estatal.....	48
4.2.1.2 Fontes de produção autônoma	49
4.2.1.3 Fonte de produção mista.....	49
4.2.1.4 Fontes de produção internacional	50
4.3 Métodos de integração da norma jurídica	52
4.3.1 A jurisprudência como fonte subsidiária	53
4.3.2 A analogia.....	54

4.3.3 Equidade e outros princípios	54
4.3.4 Usos e costumes	55
4.3.5 Direito comparado	55
4.3.6 Prevalência do interesse público ou do interesse coletivo	56
4.3.7 Direito civil como fonte subsidiária	56
4.3.8 Direito ambiental como fonte supletiva	57
4.4 Eficácia da norma trabalhista no tempo e no espaço	57
4.4.1 Eficácia da norma trabalhista no tempo	58
4.4.2 Eficácia da norma trabalhista no espaço	58
CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO	61
5.1 Conceito e funções do princípio	61
5.2 Preeminência do princípio constitucional da dignidade (da pessoa) humana	63
5.2.1 A importante contribuição do positivismo jurídico na conceituação da dignidade humana	64
5.2.2 A adoção do princípio da dignidade na relação entre capital e trabalho	67
5.3 Princípios especiais do direito do trabalho	68
5.3.1 Princípio da proteção	69
5.3.2 Princípio da irrenunciabilidade	73
5.3.2.1. A indisponibilidade e a prescrição de pretensões trabalhistas	74
5.3.3 Princípio da continuidade	74
5.3.4 Princípio da primazia da realidade	75
5.3.5 Princípio da razoabilidade	76
5.3.6 Princípio da boa-fé	77
5.3.7 Princípio da igualdade de tratamento	78
5.3.8 Princípio da autodeterminação coletiva	80
5.3.8.1 A autonomia coletiva e os princípios da unicidade e da liberdade sindical	82
5.3.8.2 A autodeterminação coletiva e a flexibilização do direito do trabalho. O princípio constitucional da proteção ao trabalhador	85
5.3.8.3 A autodeterminação coletiva e a ultra-atividade das normas coletivas de trabalho	87
CAPÍTULO VI – A PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	89
6.1 A prescrição e o temor de propor a ação	89
6.2 Actio nata como termo inicial do prazo prescricional de cinco anos	90
6.3 Outras relevantes cizânias jurisprudenciais frente à evolução constitucional e das leis	91
6.3.1 Os fundamentos tradicionais da prescrição total de cinco anos	91
6.3.2 A prescrição total contra a pretensão de matriz constitucional	93
6.3.3 A possível influência do atual Código Civil no debate sobre a prescrição total de pretensão fundada em nulidade	94
6.3.4 A jurisprudência trabalhista sobre a prescrição da pretensão que investe contra o negócio jurídico nulo	97
6.3.5 A extinção do contrato como único termo inicial da prescrição bienal	100
6.3.6 Súmulas 326 e 327 do TST – a complementação de proventos da aposentadoria	100
6.3.7 A prescrição total de pretensão reparatória. A actio nata e os fundamentos da Súmula 278 do STJ	102

6.3.8 A prescrição em hipótese de lesão a direitos da personalidade	105
6.3.9 A lesão continuada e o termo inicial da prescrição	105
6.3.10 A pretensão que sobrevém à sua própria prescrição – uma heresia jurídica?.....	106
6.3.11 Prescrição contra domésticos, estagiários e avulsos.....	107
6.3.12 Prescrição relativa ao FGTS – redução do prazo pelo STF.....	108
CAPÍTULO VII – EMPREGADO	111
7.1 O conceito de empregado a partir da realidade social.....	111
7.2 Conceito legal de empregado. Requisitos da prestação laboral	111
7.2.1 A pessoalidade	112
7.2.2 A não eventualidade	114
7.2.2.1 Distinção entre o trabalho não eventual e o trabalho intermitente	115
7.2.2.2 Distinção entre o trabalho não eventual e o trabalho temporário	115
7.2.2.3 Distinção entre o trabalho não eventual e o trabalho avulso	116
7.2.3 A subordinação.....	118
7.2.3.1 Fundamento e grau da subordinação	118
7.2.3.2 O poder de comando – contraface da subordinação	120
7.2.4 A onerosidade.....	127
7.3 Os elementos acidentais da prestação laboral.....	127
7.4 Empregados excluídos da proteção pela CLT.....	128
7.5 Tipos especiais de empregados e de trabalhadores congêneres	128
7.5.1 Altos-empregados. Os empregados-diretores e os diretores-empregadores	128
7.5.2 Os empregados públicos.....	130
7.5.3 Os empregados domésticos.....	131
7.5.4 O empregado em domicílio e o teletrabalho	133
7.5.5 O trabalho intrafamiliar – entre filhos e pais ou entre cônjuges	136
7.5.6 O empregado aprendiz.....	137
7.5.6.1 Distinção de aprendizagem e estágio curricular	139
7.5.7 Os trabalhadores intelectuais.....	140
7.5.8 Os empregados-sócios	142
7.5.9 O trabalhador cooperativado	142
7.5.10 O trabalhador rural	145
CAPÍTULO VIII – EMPREGADOR	149
8.1 Empresa	149
8.2 O conceito legal de empregador	150
8.3 Empresa e estabelecimento	152
8.4 Sucessão de empregadores.....	153
8.4.1 A sucessão em outras searas do direito.....	153
8.4.1.1 Os efeitos da transferência do estabelecimento no direito civil	154
8.4.1.2 Os efeitos da transferência do estabelecimento na relação de consumo.....	154
8.4.1.3 Os efeitos da transferência de estabelecimento na relação tributária	154
8.4.2 A sucessão trabalhista no Brasil.....	155

8.4.3 A sucessão trabalhista em situações normais e anormais.....	156
8.4.3.1 A mudança na estrutura jurídica da sociedade empresária	156
8.4.3.2 A sucessão no âmbito de empresas prestadoras de serviço	156
8.4.3.3 A sucessão entre sociedades irregularmente constituídas	157
8.4.3.4 A invalidade da sucessão simulada.....	157
8.4.3.5 Os efeitos da sucessão predatória.....	158
8.4.3.6 A sucessão em hipóteses de falência e de recuperação judicial	158
8.5 A solidariedade entre entes empresariais que integram grupo econômico.....	159
8.5.1 Conceito de grupo econômico.....	159
8.5.2 Solidariedade passiva e solidariedade ativa (empregador único).....	160
8.5.3 A sucessão no âmbito de uma das empresas do grupo econômico	162
8.6 A subcontratação e a intermediação de mão de obra	162
8.6.1 A subempregada em vista da Súmula 331 do TST	164
8.6.2 A Súmula 331, IV e VI – a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive da administração pública.....	165
8.6.3 A extensão da responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços	167
8.6.4 A subcontratação de serviços (terceirização) nas hipóteses de contrato de facção	168
8.6.5 A igualdade de direitos entre os empregados da tomadora dos serviços e os empregados da empresa prestadora	171
8.6.6 A terceirização da atividade-fim nos serviços de telefonia e de energia elétrica	172
CAPÍTULO IX – RETRIBUIÇÃO PELO TRABALHO: REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E OUTRAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS	176
9.1 Conceito	176
9.1.1 As teorias da tripartição e da bipartição	177
9.2 O salário	178
9.2.1 O salário mínimo	178
9.2.1.1 Salário mínimo profissional. Piso salarial.....	180
9.2.1.2 O salário por unidade de tempo e o salário mínimo. Jornada reduzida.....	181
9.2.1.3 O salário variável e o salário mínimo. Hipótese de jornada reduzida	182
9.2.2 Salário-utilidade.....	183
9.2.2.1 Limites percentuais do salário-utilidade	183
9.2.2.2 Configuração do salário-utilidade. Regras especiais dos trabalhadores rurais e dos domésticos ...	185
9.2.2.3 Conversão em dinheiro. Salário-utilidade na suspensão contratual	187
9.2.3 Modalidades de salário	188
9.2.3.1 Comissão e percentagem	188
9.2.3.2 Gratificações ajustadas	188
9.2.3.3 Diária para viagem. A distinção entre diária e ajuda de custo.....	191
9.2.3.4 Abono	193
9.2.4 O salário-base e os complementos salariais.....	195
9.2.4.1 A acessoriedade dos complementos salariais – a questão correlata da composição do salário mínimo.....	195

9.2.4.2 A periodicidade dos complementos salariais.....	197
9.2.4.3 A multicausalidade e a plurinormatividade dos complementos salariais.....	198
9.2.4.4 A condicionalidade dos complementos salariais	198
9.2.5 Prestações trabalhistas sem natureza salarial ou remuneratória	199
9.2.5.1 A participação nos lucros, resultados ou gestão da empresa	199
9.2.5.2 O Programa de Integração Social (PIS).....	200
9.2.5.3 O Programa de Alimentação ao Trabalhador	200
9.2.5.4 O vale-transporte.....	201
9.3 A remuneração	201
9.3.1 A gorjeta imprópria	202
9.3.2 A oportunidade de ganho, inclusive as gueltas	203
9.3.2.1 O direito de arena como oportunidade de ganho.....	205
9.3.3 A remuneração, em especial a gorjeta, como base de cálculo de outras parcelas.....	207
9.4 Os adicionais – vedação à incidência recíproca	208
9.4.1 O adicional de hora extra	210
9.4.1.1 O adicional de acompanhamento em viagem do empregado doméstico	211
9.4.2. O adicional noturno	211
9.4.2.1 O trabalho noturno em regime de revezamento.....	211
9.4.2.2 O trabalho noturno decorrente da natureza da atividade.....	212
9.4.2.3 A prorrogação do trabalho noturno do empregado urbano	212
9.4.2.4 O trabalho noturno do empregado rural	213
9.4.2.5 O trabalho noturno em regimes especiais – trabalhador portuário e advogado	214
9.4.3 Os adicionais de insalubridade e de periculosidade	214
9.4.3.1 Hipóteses de incidência	214
9.4.3.2 A base de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade	215
9.4.3.3 A prévia regulamentação pelo Ministério do Trabalho.....	217
9.4.3.4 A necessidade de perícia técnica em sede judicial	219
9.4.3.5 A supressão do direito ao adicional pela neutralização ou eliminação do risco.....	221
9.4.3.6 A condicionalidade do direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade	222
9.4.3.7 A inacumulabilidade dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	222
9.4.4 O adicional de transferência.....	223
9.5 Os princípios informantes da teoria jurídica do salário.....	224
9.5.1 Princípio da irredutibilidade	224
9.5.2 Princípio da integridade do salário	225
9.5.2.1 A integridade do salário e sua determinação supletiva	225
9.5.2.2. A integridade do salário e a vedação de descontos	226
9.5.3 Princípio da intangibilidade do salário.....	230
9.5.3.1 Proteção contra a imprevidência do empregador. Falência. Recuperação judicial e extrajudicial. Liquidação extrajudicial	230
9.5.3.2 Proteção contra a imprevidência do empregado. Incessibilidade. Impenhorabilidade do salário.....	231
9.5.4 Princípio da igualdade de salário	233

9.5.4.1 Os pressupostos da equiparação salarial com empregado brasileiro.....	233
9.5.4.2 A existência de quadro de carreira – fato impeditivo da equiparação. Direito ao enquadramento ...	237
9.5.4.3 Equiparação salarial com estrangeiro	239
9.5.5 Princípio da certeza do pagamento do salário	239
9.5.5.1 A certeza que emana do modo de pagar o salário. O recibo de pagamento e o salário complessivo.....	240
9.5.5.2 A certeza quanto ao valor do salário	241
9.5.5.3 A certeza quanto ao tempo e ao lugar do pagamento de salário	241
CAPÍTULO X – DURAÇÃO DO TRABALHO	243
10.1 Duração. Jornada. Horário	243
10.2 A jornada de trabalho.....	243
10.2.1 Critérios gerais de fixação da jornada.....	244
10.2.1.1 O tempo de trabalho e o tempo à disposição do empregador – o ônus da prova	244
10.2.1.2 O tempo de deslocamento residência-trabalho-residência e o tempo de trajeto interno	245
10.2.1.3. O tempo de afastamento justificado.....	247
10.2.2 Critérios especiais de fixação da jornada.....	247
10.2.2.1 O tempo de prontidão.....	247
10.2.2.2 O tempo de sobreaviso	248
10.2.2.3 O tempo de intervalo especial.....	250
10.2.3 Jornada extraordinária	251
10.2.3.1 Jornada realmente extraordinária	252
10.2.3.2 Jornada extraordinária do empregado doméstico.....	253
10.2.3.3 Jornada extraordinária de motoristas de transporte rodoviário.....	253
10.2.4 Jornadas normais reduzidas – bancários, telefonistas, operadores cinematográficos, mineiros, cabineiros de elevador, professores, advogados, aeronautas, técnicos em radiologia, artistas e músicos	257
10.2.5 Compensação de jornadas. Banco de horas e fonte do direito	259
10.2.6 Turnos ininterruptos de revezamento.....	261
10.2.6.1 Os intervalos em turnos ininterruptos de revezamento.....	262
10.2.6.2 A sobrevigência da Lei n. 5.811/72.....	263
10.2.6.3 A redução da hora noturna no sistema de turnos ininterruptos de revezamento	264
10.2.7 Trabalhadores não protegidos pela norma regente da duração do trabalho	265
10.3 Intervalos intrajornadas e interjornadas	266
10.3.1 Intervalos intrajornadas	266
10.3.1.1 Intervalo mínimo. Autorização do Ministério do Trabalho para redução e efeitos da supressão. Regra específica para o motorista profissional	267
10.3.1.2 Intervalo máximo. Possibilidade de prorrogação por norma escrita. Efeitos da dilação não autorizada.....	270
10.3.2 Intervalos interjornadas	270
10.3.2.1 Intervalo entre duas jornadas. As regras especiais para motoristas.....	270
10.3.2.2 Repouso semanal e em feriados.....	271
10.3.2.3 Férias	276

CAPÍTULO XI – PERSPECTIVA EXISTENCIAL DA RELAÇÃO DE EMPREGO	290
11.1 A tradicional vertente patrimonialista do direito laboral.....	290
11.2 O direito fundamental à saúde do trabalhador no âmbito do direito ambiental – o trabalho sob a incidência transversal do direito ambiental.....	292
11.2.1 Incidência dos princípios regentes do direito ambiental nos biomas laborais.....	293
11.2.1.1 Princípio da sustentabilidade.....	294
11.2.1.2 Princípio da participação.....	295
11.2.1.3 Princípio da prevenção.....	296
11.2.1.4 Princípio da precaução.....	298
11.2.1.5 Princípio do poluidor-pagador. A responsabilidade objetiva pelo dano ao ambiente de trabalho e ao trabalhador. Dano moral coletivo e dano social.....	300
11.2.2 O tempo sem trabalho e sua correlação com o direito à coexistência.....	303
11.2.3 Direitos relacionados à duração do trabalho afetam o direito fundamental à saúde.....	305
11.3 Igualdade substancial e tratamento desigual.....	307
11.3.1 Ações afirmativas no âmbito do trabalho – pessoas com deficiência e aprendizes.....	308
11.3.1.1 A proteção do menor à luz da igualdade material.....	310
11.3.1.2 A proteção da mulher à luz da igualdade material.....	311
11.4 Direitos de liberdade no ambiente de trabalho.....	313
11.4.1 Liberdade de locomoção.....	314
11.4.1.1 Vedação ao trabalho forçado.....	314
11.4.1.2 Libertação do trabalho e regime de sobreaviso.....	316
11.4.1.3 Direito de o trabalhador migrar.....	317
11.4.2 Liberdade de pensamento.....	319
11.4.2.1 Liberdade de opinião política.....	320
11.4.2.2 Liberdade de crença e religião.....	321
11.4.3 Liberdade de expressão e de informação no ambiente de trabalho – a exigência de boa-fé na negociação coletiva e a proteção à testemunha no processo judicial.....	323
11.4.4 Liberdade sexual no ambiente de trabalho – assédio sexual.....	326
11.5 Direitos da personalidade no ambiente de trabalho.....	328
11.5.1 A tutela do direito à vida e à integridade física. As dimensões do problema e os meios de interdição.....	330
11.5.2 Direito à privacidade e à intimidade no ambiente de trabalho – câmeras de vídeo, monitoramento do teletrabalho, correio eletrônico, sigilo bancário, revista pessoal e de pertences, barreira sanitária coletiva, divulgação de salários, fardamento com propaganda.....	335
11.6 Assédio moral no ambiente de trabalho.....	341
11.7 Reparação pelo dano extrapatrimonial ambientado no lugar de trabalho – funções de ressarcimento, dissuasão e punição – critérios de valoração.....	343
CAPÍTULO XII – PERSPECTIVA CONTRATUAL DA RELAÇÃO DE EMPREGO	345
12.1 A índole (também) patrimonialista da regência laboral.....	345
12.2 Natureza jurídica da relação de emprego.....	345
12.2.1 As teorias anticontratalistas.....	346
12.2.1.1 A teoria da relação de trabalho.....	346

12.2.1.2 A teoria institucionalista	346
12.2.2 As teorias contratualistas	347
12.2.2.1 Teoria do contrato de locação	347
12.2.2.2 Teoria do contrato de compra e venda	347
12.2.2.3 Teoria do contrato de sociedade	348
12.2.2.4 Teoria do contrato de mandato	349
12.2.2.5 Teoria do contrato-realidade	349
12.3 Relação de emprego: espécie do gênero relação de trabalho. Contratos afins ao de emprego	350
12.3.1 Outras relações de trabalho e a relevância da subordinação como elemento distintivo	351
12.3.1.1 A locação de serviços e o novο contrato de prestação de serviços	351
12.3.1.2 Distinção entre emprego e empreitada	352
12.3.1.3 Distinção entre emprego e mandato	352
12.3.1.4 Distinção entre emprego e sociedade	353
12.3.1.5 Distinção entre emprego e relação de consumo	354
12.4 Caracteres do contrato de emprego	355
12.4.1 Contrato nominado	355
12.4.2 Contrato de direito privado	355
12.4.3 Contrato principal	356
12.4.4 Contrato consensual	357
12.4.5 Contrato bilateral	357
12.4.6 Contrato oneroso e comutativo	357
12.4.7 Contrato intuitu personae	358
12.4.8 Contrato continuado	358
12.4.9 Contrato de adesão	359
12.5 Elementos do contrato de emprego	359
12.5.1 Elementos essenciais do contrato de emprego – hipóteses de nulidade e de anulabilidade no direito civil	360
12.5.1.1 Os pressupostos: a capacidade , a licitude do objeto e, em alguns casos, a legitimação	362
12.5.1.2 Os requisitos da relação de trabalho: causa , consentimento e, excepcionalmente, a forma especial	366
12.5.2 Elementos acidentais do contrato de emprego	372
12.6 Classificação do contrato de emprego	373
12.6.1 Classificação quanto aos sujeitos	373
12.6.2 Classificação dos contratos de emprego quanto à duração	374
12.6.2.1 O termo final em norma geral	374
12.6.2.2 O termo final em norma especial	376
12.6.2.3 Contrato de trabalho sob condição resolutiva	377
12.6.2.4 Peculiaridades dos contratos a termo. Duração máxima. Recondução tácita. Suspensão contratual. Ruptura antecipada. Aquisição de estabilidade. Sucessão de contratos com termo certo	378
12.7 Conteúdo do contrato de emprego	379
12.7.1 O conteúdo primário do contrato de emprego	380

12.8 Alteração do contrato de emprego	381
12.8.1 Considerações gerais sobre a alteração contratual no âmbito do direito do trabalho. O direito de variar e o direito de resistir	381
12.8.2 Alterações por intervenção do Estado ou por negociação coletiva	381
12.8.3 Alterações voluntárias do contrato de emprego	383
12.8.3.1 A alteração consensual do contrato de emprego	383
12.8.3.2 A inalterabilidade unilateral do contrato e o <i>jus variandi</i>	384
12.8.3.3 A alteração funcional e seu limite de licitude	385
12.8.3.4 A tentativa de padronizar o <i>jus variandi</i>	386
12.8.3.5 A mudança de localidade e seus efeitos pecuniários. Grupo econômico	387
12.8.3.6 O <i>jus variandi</i> extraordinário	389
12.9 Suspensão do contrato de emprego	389
12.9.1 Nome e conteúdo dos tipos de suspensão	389
12.9.2 Classificação legal	390
12.9.2.1 Hipóteses de <i>interrupção</i> contratual	390
12.9.2.2 Hipóteses de <i>suspensão</i> contratual	391
12.9.2.3 Casos híbridos. Efeitos jurídicos	395
12.9.2.4 Conversibilidade da suspensão do contrato	396
12.10 Cessação do contrato de emprego	396
12.10.1 Terminologia	396
12.10.2 Resilição do contrato de emprego. Direito potestativo, ônus da prova e aviso-prévio	397
12.10.2.1 O aviso-prévio	398
12.10.2.2 Assistência ao empregado demissionário. Empregado menor que se demite	404
12.10.3 Resolução do contrato de emprego. Extinção normal. Justa causa	405
12.10.3.1 A resolução mediante extinção normal do contrato de emprego	406
12.10.3.2 A justa causa – implemento da condição resolutiva tácita. Pressupostos da gravidade, atualidade e imediatidade	406
12.10.3.3 A justa causa e a falta grave	407
12.10.3.4 As justas causas atribuíveis aos empregados	407
12.10.3.6 A culpa recíproca	419
12.10.3.7 Justa causa do empregado doméstico	419
12.10.3.8 A resolução do contrato de empregado público – necessidade de motivação pela administração pública indireta e em contratos de gestão	420
12.10.3.9 A greve e a resolução contratual	424
12.10.4 Rescisão do contrato de emprego	428
12.10.5 Caducidade do contrato de emprego	429
12.10.6 O regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	435
12.10.6.1 A história e a estrutura do sistema de depósitos	435
12.10.6.2 Alíquotas e titulares do direito ao FGTS	435
12.10.6.3 Natureza jurídica do FGTS. Contribuição social ou salário diferido. A Lei n. Complementar n. 110 e sua aparente inconstitucionalidade	436

12.10.6.4 A movimentação da conta vinculada	438
12.10.7 A forma e a força liberatória do recibo firmado no desate contratual	438
12.10.8 Efeitos da cessação do contrato de emprego	439
12.10.8.1 O direito à reintegração	439
12.10.8.2 As prestações típicas da dissolução do contrato	445
12.11 Estabilidade no emprego	452
12.11.1 Fonte jurídica e tipologia da estabilidade	452
12.11.2 A estabilidade definitiva	453
12.11.3 A estabilidade provisória	455
12.11.3.1 A estabilidade sindical	456
12.11.3.2 A estabilidade dos membros da CIPA eleitos pelos empregados	458
12.11.3.3 A estabilidade da gestante	459
12.11.3.4 A estabilidade acidentária	461
12.11.3.5 A estabilidade dos membros da Comissão de Conciliação Prévia eleitos pelos empregados	462
12.11.3.6 A estabilidade do membro do Conselho Curador do FGTS	463
12.11.3.7 A estabilidade do empregado eleito diretor de cooperativa	464
12.11.3.8 A estabilidade do membro do CNPS	465
12.11.3.9 A estabilidade dos representantes dos trabalhadores na empresa	465
12.11.3.10 A estabilidade no período pré-eleitoral	466
CAPÍTULO XIII – DIREITO FUNDAMENTAL DE GREVE	467
13.1 Conceito	467
13.2 A greve e o meio ambiente de trabalho	467
13.3 A interação com os sistemas político e econômico por ocasião da greve	468
13.4 A decomposição do conceito de greve	468
13.4.1 A greve como direito fundamental – direito coletivo fundamental	468
13.4.1.1 As dimensões individual e coletiva do direito fundamental à greve	469
13.4.1.2 A greve como direito fundamental – a opção pela via pacífica e a ausência de métodos alternativos de solução dos conflitos coletivos	470
13.4.1.3 O interesse coletivo e as greves geral, política e de solidariedade	471
13.4.1.4 A greve como direito fundamental – o lock-in e o lock-out	473
13.4.2 A greve e o princípio da boa-fé objetiva	474
13.4.2.1 Imunização da greve contra a perturbação patronal	474
13.4.2.2 Imunização da greve contra a perturbação obreira	476
13.4.3 A suspensão do contrato durante a greve	477
13.5 A greve sob intervenção judicial	479
13.6 A greve e o interdito proibitório	480
13.6.1 A ameaça à posse como pressuposto do interdito possessório	481
13.6.2 A necessidade de audiência de justificação para a concessão do mandado proibitório	482
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	485